



ano 3
número 19
ISSN 2595-8232

Título | “Direito divino”: o petróleo na estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos

Autores | João Montenegro¹

Palavras-chave | Estados Unidos, Segurança, Petróleo e Shale Gas.

Setembro de 2020

¹ Mestre em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep) e repórter especializado em petróleo e energia.



Instituto de pesquisa de natureza privada criado pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) que fornece suporte técnico às ações da Federação e fomenta o debate público por meio da produção e divulgação de pesquisas, artigos e palestras. O espírito do Instituto tem um caráter público no sentido de prover uma compreensão das transformações e dos impactos econômicos, políticos e sociais das empresas do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis para a sociedade brasileira.

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação que divulga uma série de textos elaborada pelos pesquisadores do Instituto e também de trabalhos acadêmicos realizados por pesquisadores parceiros que tratam de temas relacionados ao setor energético, principalmente geopolítica, petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Ineep

Texto para Discussão / Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Rio de Janeiro: Ineep, 2020

ISSN 2595-8232

1. Introdução

Além do abastecimento doméstico de energia² – sobretudo no que diz respeito aos setores industrial e de transportes –, o petróleo e o gás são fundamentais para manter a máquina de guerra norte-americana: um verdadeiro arquipélago de bases militares espalhadas pelo mundo que dependem da movimentação de navios e aviões movidos a combustíveis derivados dos hidrocarbonetos. Estes desempenham, assim, um papel central na geoestratégia dos Estados Unidos, sendo considerados nos principais movimentos do país no tabuleiro geopolítico.

Um claro exemplo disso é a irredutível presença estadunidense no Oriente Médio, região que concentra as maiores reservas no planeta. Na prática, a política externa americana é guiada pela Doutrina Carter³ desde a década de 1940, quando o então presidente Franklin Roosevelt fechou um acordo com o rei da Arábia Saudita, Ibn Saud, garantindo a segurança da monarquia saudita em troca de petróleo (KLARE, 2004). Mesmo que se tornem autossuficientes, os estadunidenses tentarão manter o controle sobre o Oriente Médio para negar acesso a rivais e garantir o abastecimento de aliados europeus e asiáticos.

Ao longo da Guerra Fria, a presença dos Estados Unidos na região também desempenhou a função de compor um “cinturão” no entorno da Eurásia a fim de impedir o acesso da União Soviética aos mares quentes, conforme recomendado por Halford Mackinder⁴. No entanto, mesmo com o fim do conflito, em nenhum momento os americanos deixaram de enxergar o Oriente Médio como área chave para segurança nacional, sobretudo por sua relevância na indústria global de óleo e gás.

De fato, é possível identificar marcas bem delimitadas da geopolítica do petróleo em muitos dos movimentos políticos e econômicos dos EUA no âmbito internacional nas décadas posteriores à dissolução da URSS, como se verá a seguir.

² Mais de 60% do consumo de energia dos EUA é baseado no petróleo e gás natural, de acordo com dados da Energy Information Administration (EIA, 2020a).

³ Doutrina que definiu, nos anos de 1980, o Golfo Pérsico como área de segurança máxima: “Let our position be absolutely clear: An attempt by any outside force to gain control of the Persian Gulf region will be regarded as an assault on the vital interests of the United States of America, and such an assault will be repelled by any means necessary, including military force” (TAYLOR; HOWARD, 2013).

⁴ A Teoria do Poder Terrestre foi descrita por Mackinder no artigo *The Geographical Pivot of History*, de 1904. O estrategista inglês considerava a Eurásia o continente basilar para o equilíbrio global devido às suas dimensões territoriais e de população, além da disponibilidade de recursos econômicos, naturais e militares. Assim, quem dominasse essa “Ilha Mundial” – a qual compreendia também a África – dominaria o mundo (KAPLAN, 2012, p. 54). Caso a Alemanha e a Rússia se juntassem, formariam um novo império global. Portanto, era preciso haver um conjunto de estados para separar os dois, o que acabou se concretizando com o tratado de Versalhes, em 1919.

Além dessa introdução, o texto terá duas seções. Na primeira, são analisadas a política externa e a geoestratégia dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria, desde George Bush a Donald Trump. Em seguida, descreve-se como o petróleo se insere na estratégia de segurança nacional dos estadunidenses em tal período e como se deu a revolução dos chamados recursos não convencionais (shale gas e tight/ shale oil) no país. Por fim, apresentam-se as conclusões do trabalho.

2. A geoestratégia de Bush a Trump (1989-2020)

A partir dos anos de 1980 – a começar por Ronald Reagan –, o chamado “perigo verde” (fundamentalismo islâmico) gradativamente substituiu o “perigo vermelho” (comunismo), diante do declínio da União Soviética. Países acusados de patrocinar o terrorismo internacional passaram a ser classificados como “*Rogue States*” (algo como “estados rebeldes”). Além disso, outro novo “vilão” a ser combatido apareceu: o narcotráfico, o que abriu caminho para a criação do Plano Colômbia, em 1999, e a instalação de bases militares dos Estados Unidos no país sul-americano dez anos depois. Em ambos os casos, a questão petrolífera emergiu como pano de fundo, como se verá mais adiante.

A grande prioridade dos norte-americanos seguiu, contudo, no sentido de impedir o surgimento de poderes rivais na Europa, na extinta União Soviética e na Ásia – nesse último caso, vetando a remilitarização japonesa. Em 1989, o presidente George H. W. Bush criou a Cooperação Econômica do Pacífico Asiático (APEC), visando “reenquadrar” o Japão e permitir acesso facilitado aos mercados do Pacífico-Asiático.

Em relação às Américas, foram criados o Plano Brady, para renovar a dívida externa dos países em desenvolvimento, e o Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (Nafta, na sigla em inglês⁵), entre Estados Unidos, Canadá e México – iniciativa em linha com a proposta de formação de uma “zona temperada” integrada, de Robert Kaplan⁶. Quanto às forças armadas na América Latina⁷, suas missões deveriam se limitar a

manter somente capacidades militares necessárias para autodefesa e compromissos previstos em alianças para combater o narcotráfico, reagir a desastres e manter forças de manutenção da paz internacional, sempre conforme suas leis e constituições e outras missões, respeitando-se os princípios

⁵ North American Free Trade Agreement

⁶ Esse autor afirma que os EUA devem investir na integração com os vizinhos diretos a fim de fortalecer sua posição no tabuleiro geopolítico (KAPLAN, 2012).

⁷ Para uma análise mais detalhada sobre a discussão da atuação do império americano na América Latina, ver o artigo de José Luis Fiori na obra “Polarização mundial e crescimento” (FIORI, 2001).

das cartas da Organização dos Estados Americanos e das Nações Unidas (POWELL, 1992, p. 7).

Em 1991, os Estados Unidos fizeram sua primeira incursão militar no Oriente Médio a fim de impedir que o Iraque obtivesse o controle das enormes reservas petrolíferas do Kuwait. O ditador Saddam Hussein foi, contudo, mantido no poder para manter o país unificado, sem possibilidade de expansão.

Diante da acachapante vitória militar no Iraque, em meio à queda da União Soviética e à expansão da Otan – cujo reordenamento, à época, incluía, no âmbito da iniciativa Partnership for Peace, *test drives* na Europa Oriental para avaliar potenciais novos membros e possibilidades de “missões de paz” em uma região estratégica para o escoamento de petróleo e gás, o complexo energético americano ia se solidificando cada vez mais. No entanto, com popularidade fraca, Bush não teria, nos anos seguintes, forças para manter uma política expansionista motivada por interesses da indústria petrolífera, abrindo espaço para a chegada ao poder de Bill Clinton, em 1993.

O democrata, por sua vez, manteve substancialmente a agenda externa de seus antecessores, priorizando o combate ao terrorismo e promovendo o liberalismo econômico, mas introduziu o componente da geoeconomia na geoestratégia norte-americana – algo até então restrito aos órgãos mais comerciais, o que mantinha uma cisão com a geopolítica. Essa pauta avançou com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), em 1994.

A contínua ênfase na importância do livre mercado e de uma postura de responsabilidade pela manutenção da estabilidade internacional refletiu o modelo de política externa adotado por Bill Clinton: de Engajamento e Expansão (E&E). Este “apresentava uma visão multidimensional dos Estados Unidos e do sistema internacional, centrando-se em elementos econômicos e políticos”, reafirmando sua condição de “nação indispensável” (PECEQUILO, 2007, p. 34).

Clinton manteve a Eurásia em foco e buscou avançar na Ásia Central, região rica em recursos energéticos, visando ao controle mais direto de reservas no exterior em meio ao aumento do peso da energia importada no consumo dos Estados Unidos.

A “Diplomacia dos Dutos”, sustentada na disputa pelos direitos de exploração e transporte de recursos como gás e petróleo nas antigas repúblicas soviéticas, tornou-se uma das grandes peças da geopolítica e da geoeconomia da energia (PECEQUILO; JAEGER, 2019, p. 22).

Clinton criou categorias de inimigos “à la carte” que facilitariam as intervenções americanas, enquanto mantinha discurso de viés positivo, focado em direitos humanos e em prol do multilateralismo. Entre os exemplos estiveram as campanhas militares conduzidas na Iugoslávia e em Kosovo, nos Balcãs – as quais resultaram na destruição de mais da metade das reservas de petróleo sérvias e todas as refinarias de óleo da Iugoslávia (CORESMAN; BURKE, 2000) –, além de intervenções sistemáticas no Iraque.

O princípio básico era que, se a democracia é o fio condutor das relações internacionais, o mundo favorável aos Estados Unidos era democrático. Por conseguinte, haveria duas categorias de estados: democráticos (consolidados e em transição, como o Brasil) e não-democráticos, passíveis de intervenção militar. Estes últimos eram divididos entre aqueles organizados, governados por ditadores e com pretensão de hegemonia regional, como Irã e Coreia do Norte, e falidos (desorganizados, santuários para o terrorismo e em permanente crise humanitária), como Afeganistão e Somália.

O que predominou em Washington, nos anos 1990, foi a doutrina segundo a qual os Estados Unidos deveriam exercer seu *unrivaled power*, como um império, a fim de trazer estabilidade internacional, resolver os problemas do terrorismo, das “rogue nations”, das armas de destruição em massa etc. (BANDEIRA, 2009, pp. 14-15).

George W. Bush assumiu a presidência em 2001 em um contexto de reação conservadora a supostos regimes hostis aos valores anglo-saxões e à latinização dos Estados Unidos. E, após os atentados terroristas às Torres Gêmeas, em setembro daquele ano, o novo presidente iniciou uma guerra global contra o terrorismo islâmico transnacional, começando pelo Afeganistão – um passo importante na ocupação eurasiática, cuja lista incluiu, posteriormente, o Iraque, a Síria e a Líbia, todos eles detentores de expressivas reservas de petróleo.

Cabe lembrar que o republicano Dick Cheney, depois de vencer a Primeira Guerra do Iraque como secretário de Estado dos EUA, se tornou presidente da Halliburton – uma das maiores empresas de serviços de poços de petróleo do mundo – e, anos depois, já como vice-presidente, foi um dos maiores defensores da Segunda Guerra do Iraque.

Quanto ao Afeganistão, o país já havia estabelecido uma posição estratégica na geopolítica dos gasodutos. Na época da invasão norte-americana, em 2001, já se discutia, por exemplo, o projeto do gasoduto TAPI, para levar gás natural do Turcomenistão à Índia e ao Paquistão, passando pelo Afeganistão. O trecho

conectando o Turcomenistão ao Afeganistão começou a ser construído em 2015, e a expectativa é que a linha comece a operar em 2021.

Conforme observado pelo professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ernani Torres, os Estados Unidos combinavam a estratégia do enfrentamento militar direto e permanente com o poder do dólar – a moeda do comércio e do capital internacionais – para garantir a segurança do Golfo Pérsico e manter o ordenamento do mercado de petróleo, mediante sua integração ao processo de financeirização global a partir dos próprios Estados Unidos, principal mercado consumidor e grande produtor (TORRES, 2004).

Bush lançou uma nova *rationale* para justificar as invasões, classificando esses países, além da Coreia do Norte, Cuba e Colômbia, como integrantes do chamado “eixo do mal”. O discurso, que angariou amplo apoio da opinião pública, pregava que os americanos, para não serem atacados, responderiam antes. No que se refere ao tema segurança nacional, desenhava-se, assim, a guerra preventiva, em substituição à de Clinton

(...) a guerra contra o terrorismo constituiu mera figura de retórica, um eufemismo, para disfarçar os reais objetivos do presidente George W. Bush, que consistiam em vencer a resistência e/ou a insurgência islâmica e controlar a Ásia Central e o Oriente Médio, com suas enormes jazidas de gás e petróleo. A convergência das necessidades da economia mundial capitalista e os interesses das grandes corporações pautou a sua política internacional (BANDEIRA, 2009, p. 17)

No caso colombiano, os Estados Unidos tinham como preocupação garantir o escoamento do petróleo produzido na região em meio a ataques a instalações de energia no país por parte de grupos terroristas. Em 2002, Bush anunciou a primeira tentativa direta de auxílio militar para proteger o oleoduto Caño-Limón-Coveñas, que, na época, era parcialmente operado pela multinacional norte-americana Occidental Petroleum. O conflito interno colombiano ameaçava uma fonte alternativa de óleo para os americanos (LE BILLON, 2005).

A postura dos Estados Unidos no exterior deu uma verdadeira guinada, substituindo as “negociações da gestão Clinton por pressões militares e intervenções (...) [e] relativizando a própria ordem construída pelos Estados Unidos para o exercício de seu poder, revertendo ao Isolacionismo/Unilateralismo” (PECEQUILO, 2007, p. 37).

A Doutrina Bush geraria, contudo, uma série de consequências nos planos doméstico e internacional. Diante da explosão dos gastos militares, os americanos passaram a retirar as guerras da categoria de despesas correntes, a fim de “equilibrar”

seu orçamento. Em paralelo, a perda de credibilidade e legitimidade no exterior fazia com que outros países ampliassem seu orçamento militar por receio de serem invadidos e investissem em alianças de geometria variável – baseadas em uma geopolítica jogada em tabuleiros multidimensionais –, como a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

Em reação às novas coalizões internacionais que se formavam, os americanos apostaram, então, em um modelo de multilateralismo assertivo, oferecendo soluções diplomáticas junto a outras potências, como o acordo nuclear com a Índia e o apoio à sua candidatura e da China ao Conselho de Segurança da ONU. Foi também nesse contexto que os Estados Unidos iniciaram as “negociações das seis partes”, propondo novo acordo nuclear com a Coreia do Norte, Coreia do Sul, Rússia, Japão e China.

Em paralelo, os Estados Unidos elevaram o *status* de sua parceria com o Brasil, que passou a ser de diálogo estratégico, visando, com isso, afastar o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva do venezuelano Hugo Chávez. A ideia era dividir responsabilidades na área de segurança com potências médias envolvidas em alianças de geometria variável, como o próprio Brasil e países africanos, no caso do Atlântico Sul, cuja bacia sedimentar já era vista como potencial grande produtora de óleo e gás no futuro⁸. Para ajudar a preencher essa “última fronteira” militar e conter o avanço chinês, foi criado o Comando dos Estados Unidos para a África (USAFRICOM).

Já a gestão de Barack Obama foi marcada pelo fim das guerras no Afeganistão e no Iraque, onde os Estados Unidos, como forma de compensar a retirada de tropas, apoiavam grupos xiitas para seguir explorando e produzindo petróleo. Com isso, populações curdas e sunitas sofriam represálias, e o vácuo de representatividade ia sendo gradativamente ocupado pelo Estado Islâmico⁹, que fundou uma espécie de califado islâmico¹⁰ e passou a controlar poços de petróleo para se financiar.

⁸ Mesmo antes do anúncio oficial da descoberta do pré-sal, em 2006, havia indicativos de que o Brasil e a Bacia do Atlântico Sul, de modo geral, ganhariam importância no cenário internacional de produção de óleo e gás. Em artigo publicado em 1998, Anthony E. Mitchell, do American Enterprise Institute for Public Policy Research, e Paul Michael Wihbey, do Institute for Advanced Strategic & Political Studies, já chamavam atenção para o potencial do país. Para os autores, o *offshore* sul-americano e a Costa Oeste Africana emergiriam, no futuro, como novo polo de fornecimento no mundo, sendo “em pouco tempo reconhecidos como ativos de interesse vital dos EUA” (MITCHELL; WIHBEY, 1998).

⁹ O Estado Islâmico é uma organização insurgente não-estatal que tomou o controle de grandes porções territoriais da Síria e do Iraque no início de 2013, tornando-se um dos grupos jihadistas mais ricos do mundo sobretudo graças a receitas oriundas da produção de petróleo.

¹⁰ O califado era um sistema político semirreligioso de governança no Islã, no qual os territórios do Império Islâmico eram governados por um líder supremo chamado de califa (KHAN, 2019).

Por outro lado, os americanos intervieram na Líbia, alegando o cumprimento do pacto Responsibility to Protect¹¹ (RP2) – previsto pela Organização das Nações Unidas (ONU) – com o objetivo de derrubar o ditador Muammar al-Gaddafi, que vinha negociando contratos preferenciais de fornecimento de óleo e gás para a China. Em seguida, os Estados Unidos assumem a posição de retirar Bashar al-Assad da presidência da Síria, armando grupos opositores. Em 2014, Obama propôs uma intervenção nos moldes da anterior, mas o projeto foi barrado pela Rússia, que passou, então, a bombardear de forma mais sistemática os alvos do Estado Islâmico e dos rebeldes apoiados pelos norte-americanos, fazendo-os recuar.

Em outra frente, os Estados Unidos trabalhavam para conter o avanço dos Brics (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul), criando, em 2011, a Parceria Transpacífica (TPP): uma ação comercial que visava isolar a China, Índia e mesmo o Brasil, que tinha interesse de exportar *commodities* – inclusive petróleo – para a região. A iniciativa englobou também o reordenamento militar dos Estados Unidos pelos comandos militares do Sul, Africano e do Pacífico, bem como a abertura de novas bases na Austrália e Nova Zelândia. A militarização de áreas de passagem de alimentos e fontes de energia como o Atlântico Sul, o Mar da China e o Estreito de Malaca – entre a península da Malásia e a Ilha de Sumatra – resultou em uma nova projeção de poder, à qual a China reagiu lançando a Nova Rota da Seda (Belt and Road Initiative)¹², em 2013.

Em paralelo, no pivô transatlântico, Obama estabeleceu o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento com a União Europeia, visando à liberalização comercial – o que faria, inclusive, com que a OMC perdesse relevância para os países do bloco – e ensaiou uma reaproximação com Cuba, retomando relações diplomáticas.

Outra ação importante de seu governo foi a assinatura do Acordo de Paris, também em 2015, para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, mexendo diretamente com o poderoso *lobby* energético do país, ao suspender operações de usinas termelétricas a carvão e proibir a prospecção de petróleo em áreas de proteção

¹¹ Adotada durante cúpula global das Nações Unidas em 2005, é uma norma internacional que busca assegurar que a comunidade internacional jamais deixará de impedir a perpetração de crimes de genocídio, de guerras, limpeza étnica e crimes contra a humanidade.

¹² Plano estratégico para melhorar as conexões comerciais entre Ásia-Europa e Ásia-Leste da África via parcerias com países como a Rússia, Índia, Tailândia, Cazaquistão, França, Brasil e Irã e com blocos econômicos como a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), visando evitar o isolamento chinês. A China investe em rotas terrestres porque os EUA e a Inglaterra, seguindo a orientação de Mahan, dominam as marítimas, e o foco na Ásia Central é estratégico para seu abastecimento energético (PADULA, 2018).

ambiental. Essa e outras ordens executivas aprovadas por Obama foram revogadas por seu sucessor, Donald Trump.

Apostando no nacionalismo xenofóbico e no discurso antiglobalização, o novo presidente promoveu uma ofensiva unilateral, suspendendo o TPP, deportando imigrantes, trabalhando pela construção de um muro na fronteira com o México, suspendendo a normalização com Cuba, revogando as medidas ambientais estabelecidas no governo anterior e criando incentivos para a exploração e produção de hidrocarbonetos em território norte-americano mediante a flexibilização do licenciamento ambiental para projetos de exploração e produção (E&P) e infraestrutura de escoamento.

Quase quatro anos após sua chegada ao poder, em meados de 2020, a Casa Branca divulgou nota celebrando a “restauração da dominância energética dos Estados Unidos” graças à “agenda pró-independência energética” de Trump, ressaltando que, desde 2016, a produção de petróleo do país crescera cerca de 40%, e suas exportações de gás natural liquefeito (GNL), quintuplicado (EUA, 2020).

Figura 1 – Projeto de hegemonia: os EUA dividem o mundo em comandos militares norte-americanos (Departamento de Defesa dos Estados Unidos)



Fonte: Ministério da Defesa dos Estado Unidos. Disponível em: <https://archive.defense.gov/ucc/>

No documento de Segurança Estratégica Nacional (NSS) de 2017, Trump definiu como “cláusulas pétreas” a “proteção do povo, território e modo de vida norte-americano, sua prosperidade, a preservação da paz pela força e a ampliação da influência externa do país” (EUA, 2017, pp. V-VI) e indicou como regiões prioritárias o Indo-Pacífico, Europa-Oriente Médio, o Hemisfério Ocidental e a África – na prática o mundo todo, reafirmando a incontestabilidade da hegemonia americana. Enquanto questionou seguidamente instituições e regimes multilaterais,

como ONU, Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o G7, Trump estabeleceu como principais riscos transnacionais o terrorismo, o narcotráfico e a imigração.

Em 2018, o governo americano lançou um novo acordo comercial com o Canadá e o México (USMCA¹³) em substituição ao Nafta, abrindo o setor agropecuário do Canadá e transferindo indústrias para o vizinho ao sul, enquanto deixava clara a subordinação de ambos. Em outra frente, os Estados Unidos promoviam uma guerra comercial com a Europa e a China, taxando a importação de produtos e realizando uma batalha de posições com o último país no Mar do Sul da China, que, além de importante rota de passagem de óleo e gás, contém significativas reservas de hidrocarbonetos.

Diante da pressão sobre os países vizinhos para ampliar seu domínio marítimo na região, a China ameaçou, por exemplo, projetos da ExxonMobil em área do *offshore* vietnamita reivindicada pelos chineses (HEIJMANS; STAPCZYNSKI, 2019).

É no Estreito de Malaca e no Mar do Sul da China onde se concentra hoje a maior disputa naval do mundo. Por aí circulam hoje 64% do comércio marítimo global, e fluem 16 milhões de barris de petróleo por dia, a maior parte na direção à China. Esta região está sob o controle naval da Frota do Pacífico dos Estados Unidos, a principal frota naval da marinha norte-americana, cujo quartel-general está em Pearl Harbor, e que conta com cerca de 200 navios, 2.000 aviões e 250.000 homens (FIORI; NOZAKI, 2020).

3. O petróleo na segurança nacional dos Estados Unidos

3.1. As políticas de governo para o petróleo das últimas três décadas

3.1.1. Governo George H. W. Bush (1989-1993)

O Oriente Médio emergiu como um ponto focal da agenda externa dos Estados Unidos ao longo da gestão de George H. W. Bush, o qual, apesar de já indicar a necessidade de desenvolver fontes alternativas de energia, tinha ciência de que o país seguiria altamente dependente do petróleo.

A edição de 1990 do NSS (EUA, 1990) ressalta que 65% das reservas de petróleo conhecidas do mundo estavam no Golfo Pérsico e que, por isso, os EUA precisavam garantir acesso ao recurso “sob preços competitivos”, mantendo poder

¹³ O Acordo de comércio Estados Unidos-México-Canadá, em inglês, United States-Mexico-Canada Agreement on trade.

de “resposta imediata a qualquer grande perturbação no fornecimento”. No plano interno, era preciso conservar reservas para proteger a economia diante de eventuais crises.

Na edição seguinte, publicada em 1991 (EUA, 1991), o governo americano afirma que, por meio de uma “política externa solidária”, apoiada por uma “capacidade militar apropriada”, se manteria pronto para proteger instalações petrolíferas vitais em mar e terra, mediando, em paralelo, tensões políticas, econômicas e sociais que pudessem ameaçar o fluxo de petróleo. Novamente, os o governo americano ressalta a importância do Oriente Médio para sua segurança, assinalando que “a estabilidade da região do Golfo é de seu interesse direto”, e que era preciso reduzir o consumo do combustível para diminuir sua vulnerabilidade externa, intensificando o desenvolvimento de fontes alternativas de energia.

A questão energética era, então, vista como um ponto sensível para a segurança americana. Não por acaso, Bush autorizou a invasão do Iraque, a fim de garantir sua posição hegemônica e a posse das reservas de petróleo no Oriente Médio.

No vácuo do poder soviético, sugeria-se a importância de uma maior presença na Eurásia, fortalecendo posições políticas e estratégicas por meio de um acesso facilitado aos recursos naturais da região, como gás natural e petróleo. Estas ações visavam atacar a única vulnerabilidade que esta corrente julgava manter-se na agenda norte-americana: a energética (PECEQUILO, 2007, p. 33).

3.1.2. Governo Bill Clinton (1993-2001)

O NSS voltou a ser publicado em 1994, no primeiro ano de Bill Clinton como presidente da República. A estratégia de segurança apresentada parte do princípio de que a dependência americana em relação às fontes de petróleo no exterior aumentaria no futuro, à medida que a produção interna diminuía. Diante disso, a orientação era ampliar os níveis de eficiência energética e desenvolver fontes alternativas de energia, mas sem deixar de garantir o acesso a reservas internacionais de petróleo e gás, mantendo a capacidade de dar “respostas apropriadas no âmbito da política externa – como feito após a invasão do Iraque ao Kuwait – a fim de mitigar os impactos de crises internacionais” (EUA, 1994, p. 17).

Tal discurso – que já não era, então, uma novidade – se repetiu nas duas edições seguintes do NSS, em 1995 e 1996, com o alerta de que qualquer interrupção no fornecimento de petróleo impactaria também países aliados aos EUA. O governo voltou, assim, a destacar a necessidade de seguir trabalhando para manter a paz no Oriente Médio, “garantindo a segurança de Israel e de nossos

amigos árabes e mantendo o livre fluxo de petróleo a preços razoáveis” (EUA, 1995, p. 30).

Em 1997, pela primeira vez o NSS fala em um movimento de redução da dependência do petróleo importado da região. A Venezuela já era, na época, o maior fornecedor de petróleo para o país, exportando, ao lado do Canadá e do México, duas vezes mais petróleo para os americanos que os países da Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep). Além disso, o governo apostava em novas iniciativas na área de energia na Colômbia e no potencial do Mar Cáspio, “que desempenharia um papel cada vez mais importante no atendimento à demanda energética mundial nas décadas seguintes” (EUA, 1997, p. 21).

Ainda assim, a estratégia de segurança nacional dos EUA deixava claro que o Golfo Pérsico não ficaria de fora de seus planos. “Não podemos perder de vista o fato de que, no longo prazo, a maior parte das reservas provadas de óleo ainda residirão no Oriente Médio”, dizia o NSS (EUA, 1997, p. 21). Era preciso, portanto, manter a estabilidade na região.

Em outra frente, os Estados Unidos reforçam que era necessário zelar pela segurança nas regiões do Cáucaso e Ásia Central, mantendo uma zona de estabilidade desde o Mediterrâneo à China e facilitando, dessa forma, o rápido desenvolvimento e o transporte a mercados internacionais dos recursos petrolíferos do Mar Cáspio.

Essa última região volta a aparecer com destaque na edição de 1998 do NSS, na qual o governo informa que priorizaria um trabalho conjunto com países de seu entorno – incluindo a Rússia – para construir novos oleodutos, a fim de assegurar acesso ao petróleo. “Estamos também empreendendo esforços em diversas frentes para ampliar a estabilidade e garantir a independência dessas nações” (EUA, 1998, p. 32).

A preocupação com o Oriente Médio é novamente manifestada diante de potenciais ameaças ao fluxo de óleo e gás no Sudoeste Asiático por parte de países como o Iraque e o Irã. Embora enfatizasse a importância de prosseguir com os esforços de desenvolver fontes alternativas de combustíveis para o setor de transportes – como hidrogênio, etanol e metanol de biomassa –, o governo americano deixa claro que manteria o petróleo no centro de suas atenções. Por isso, o NSS afirma que o governo americana precisava “garantir a estabilidade e segurança das principais áreas produtoras a fim para permitir o acesso e o livre fluxo desses recursos” (EUA, 1998, p. 33).

A mesma linha estratégica se manteve nas duas últimas edições do NSS publicadas pelo governo Clinton: continuidade da presença no Oriente Médio

combinada com o investimento em novas rotas petrolíferas – incluindo um novo gasoduto atravessando o Mar Cáspio e um oleoduto ligando Baku, no Azerbaijão, a Ceyhan, na Turquia – e em combustíveis alternativos (EUA, 2000; EUA, 2001a).

Em ambas as edições, o governo chama atenção para a instabilidade política na África, que representava, do ponto de vista americano, um obstáculo à sua segurança nacional e interesses políticos e econômicos no continente – inclusive no que se referia ao acesso a reservas de petróleo africanas.

3.1.3. Governo George W. Bush (2001-2009)

George W. Bush publicou somente duas edições do NSS, em 2002 e 2006. A primeira delas estabelece como diretriz básica o fortalecimento da segurança energética do país via parcerias internacionais, especialmente no Hemisfério Ocidental, além da África, Ásia Central e a região do Mar Cáspio.

Quatro anos depois, o governo reforça a necessidade de fomentar tecnologias associadas à energia nuclear, ao chamado “carvão limpo” e fontes alternativas, ampliando a “abertura e transparência” dos países ricos em recursos energéticos. Esse plano era perpassado por um discurso de aparência altruísta, baseado no pressuposto de que “diversificar fornecedores em diferentes regiões reduzirá oportunidades de corrupção e o poder de autoridades irresponsáveis” (EUA, 2006, p. 29).

Antes disso, em 2001, foi publicada uma nova edição do Quadrennial Defense Review, outro documento crítico na área de segurança nacional dos EUA. Nela, o governo alertava que os Estados Unidos e seus aliados seguiriam dependentes dos recursos energéticos do Oriente Médio, onde “diversos estados vinham expandindo seus meios militares para coagir aliados americanos a negar acesso militar aos EUA na região” (EUA, 2001b, p. 4).

3.1.4. Governo Barack Obama (2009-2017)

Assim como seu antecessor, Obama publicou apenas duas edições do NSS, em 2010 e 2015. Quanto à primeira, chamou atenção o fato de haver somente uma menção explícita ao petróleo, justamente ao reforçar que os Estados Unidos trabalhariam para reduzir a dependência em relação ao combustível. “Investiremos em pesquisa e tecnologia de nova geração, modernizaremos nossa distribuição de eletricidade e incentivaremos a utilização de combustíveis de transição, enquanto caminhamos para o uso de energia limpa produzida domesticamente” (EUA, 2010, p. 30).

Apesar de não fazer nenhuma associação direta entre o Oriente Médio e o petróleo, a publicação ressalta que o governo manteria esforços para “assegurar a paz” na região, reintegrando-a aos mercados globais e mantendo estreito relacionamento com seus maiores parceiros regionais: Israel e Arábia Saudita.

Em 2011, o governo Obama lançou um novo plano nacional de energia. Intitulado *Blueprint for Energy Security*, o documento estabeleceu diretrizes para ampliar a produção de petróleo internamente, estimulando, em paralelo, a utilização de fontes alternativas, energia nuclear, carvão e gás natural (EUA, 2011). No exterior, o plano previa parcerias com países aliados para desenvolver reservas petrolíferas.

Com o relatório, o presidente americano dava uma nova orientação à estratégia de segurança energética dos Estados Unidos, ampliando a produção de petróleo e gás internamente e exercendo, no além-mar, uma posição de liderança na transição para uma matriz energética mais “limpa e segura” (EUA, 2011, p. 5).

Entre as metas estabelecidas estavam o corte de um terço das importações de petróleo do país, que eram de 11 milhões de barris por dia (b/d) quando Obama assumiu, e a ampliação do uso de gás natural e biocombustíveis, além de fontes renováveis como solar e eólica. Outro objetivo era aumentar a eficiência da frota de carros e caminhões, com novos padrões de economia de combustível, o que possibilitaria economizar 1,8 bilhão de barris de petróleo durante a vida útil dos veículos cobertos pelas novas tecnologias.

A produção de óleo e gás doméstica dos Estados Unidos já vinha sendo incrementada em anos anteriores, tendo atingido, em 2010, o maior nível dos 30 anos anteriores, graças à produção a partir de formações não convencionais (*shale gas* e *tight oil*) – recursos estes que desempenhariam “um papel central na produção doméstica de energia nas décadas seguintes” (EUA, 2011, p. 9).

Ao mesmo tempo, o governo preservaria a estratégia de diversificar suas fontes de abastecimento de petróleo no mundo diante da instabilidade no Oriente Médio, atuando na arena internacional para “moderar a demanda global por petróleo” (EUA, 2011, p. 5). O plano era incentivar a substituição de petróleo por gás natural e biocombustíveis e promover soluções para o aumento da eficiência energética em países emergentes.

O governo americano ainda estabeleceu iniciativas para estimular a produção de petróleo e gás no Pacífico Asiático e em países do continente americano, como o México e o Brasil – com destaque para o pré-sal brasileiro –, onde pretendia acessar reservas e fornecer bens e serviços associados à exploração e produção de óleo e gás (EUA, 2011, pp. 16-17).

Obama de fato conseguiu elevar a posição americana no mercado global de energia. Em 2015 – ano em que foi publicado o último NSS de sua gestão –, os Estados Unidos já eram os maiores produtores de petróleo e gás do mundo, tendo reduzido as importações para a maior baixa dos 20 anos precedentes. “Apesar da importância vital do Oriente Médio para o mercado global, a crescente produção dos Estados Unidos está ajudando a manter os mercados supridos e os preços adequados para viabilizar o crescimento econômico” (EUA, 2015, p. 5).

Por outro lado, o governo se via diante de uma ameaça geopolítica: a crescente dependência da Europa quanto ao gás natural produzido pela Rússia e a disposição dos russos de “utilizar energia com fins políticos” (EUA, 2015, p. 5). Diante disso, Obama reforçou a necessidade de diversificar fontes e rotas energéticas e estimular o fornecimento de fontes de energia nativas em outros países. “Maior segurança e independência energética nas Américas são centrais para esses esforços” (EUA, 2015, p. 16). A estratégia de segurança energética também envolveria um trabalho para reduzir o potencial de conflitos energéticos em regiões como o Ártico e Ásia.

De modo geral, a ideia era demonstrar que os americanos poderiam liderar a economia mundial enquanto reduziam as emissões de gases de efeito estufa: “continuaremos a desenvolver os combustíveis fósseis americanos, enquanto nos tornamos um país com maior eficiência energética, que desenvolve combustíveis e veículos mais limpos” (EUA, 2015, p. 16).

3.1.5. Governo Donald Trump (2017-2021)

Para Donald Trump, a agenda de seu antecessor era um entrave ao crescimento econômico e prejudicial aos interesses americanos. “Excessivas regulações ambientais e de infraestrutura bloquearam a comercialização energética americana e o desenvolvimento de novos projetos de infraestrutura”, pontua a edição de 2017 do NSS (EUA, 2017, p. 18).

Contudo, a estratégia do novo governo não difere substancialmente dos planos da gestão de Obama, visto que, em linhas gerais, a ideia era seguir intensificando a exploração e produção de petróleo e gás, além de energia nuclear e fontes renováveis. Da mesma forma, Trump buscou posicionar os americanos como fornecedores globais de recursos, serviços e tecnologias, assim como “guardião” da infraestrutura energética – outra meta que já vinha sendo perseguida por presidentes anteriores. “Os Estados Unidos apoiarão a diversificação de fontes e rotas de energia internamente e no exterior. Modernizaremos nossos estoques estratégicos de petróleo e estimularemos outros países a ampliarem os seus”, diz o mesmo documento (EUA, 2017, p. 9).

Entre os objetivos estabelecidos em 2017 estava o de frear o crescimento da influência russa e chinesa em partes da Europa e Ásia Central, onde as duas potências ampliaram o controle de ativos energéticos críticos, como malhas de transporte de óleo e gás. “Os Estados Unidos oferecem uma alternativa a investimentos direcionados pelo Estado, que geralmente pioram as condições de países em desenvolvimento” (EUA, 2017, p. 38). Em relação à Europa, a meta era trabalhar com aliados para diversificar as fontes de energia no continente, confrontando “práticas econômicas e comerciais injustas da China e restringindo sua capacidade de aquisição de tecnologias sensíveis” (EUA, 2017, p. 48).

Quanto ao Oriente Médio, a orientação foi, na prática, a mesma de governos anteriores: manter a região livre de “terroristas jihadistas” e de qualquer poder hostil aos Estados Unidos, de modo que o Golfo Pérsico seguisse contribuindo para a estabilidade do mercado global de energia. Já o Hemisfério Ocidental foi situado como um grande mercado em potencial para bens, serviços e projetos de energia e infraestrutura desenvolvidos pelos Estados Unidos. Trump demonstrou, contudo, preocupação com a influência externa na América Latina:

A China tenta inserir a região em sua órbita por meio de investimentos públicos e empréstimos. A Rússia continua com sua política falida da Guerra Fria, apoiando aliados radicais em Cuba que reprimem seus cidadãos. Ambos os países apoiam a ditadura na Venezuela e tentam expandir conexões militares e vendas de armas na região. Os Estados democráticos do hemisfério compartilham o interesse em confrontar ameaças à sua soberania (EUA, 2017, p. 51).

Ao longo das três décadas após o fim da Guerra Fria, os governos dos Estados Unidos trabalharam no sentido de buscar a independência energética, seja pela via doméstica, estimulando a exploração e produção de recursos em seu território, como no plano internacional, atuando política e militarmente para garantir acesso a reservas e assegurar o escoamento dos hidrocarbonetos para si e seus aliados.

Assim, a política externa conduzida pelos presidentes George Bush, Bill Clinton, George W. Bush, Barack Obama e Donald Trump, a despeito de suas diferenças de estilo, sempre levou em conta a questão petrolífera, mirando regiões estratégicas como o Oriente Médio, Europa Oriental e Ásia Central, sem deixar de se voltar também para África e América Latina, tendo em vista seu potencial petrolífero.

Em paralelo, a fim de reduzir a dependência de importações e sua exposição a riscos geopolíticos associados às atividades de E&P no exterior, esses governos incentivaram as atividades de óleo e gás internamente, disponibilizando

áreas de elevado potencial geológico e recursos financeiros para pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica. O Estado americano desempenhou, assim, papel fundamental para viabilizar o desenvolvimento de recursos não-convencionais, como se verá a seguir.

3.2. A revolução do *shale gas*

A preocupação dos governos americanos com a questão energética – devidamente tratada como assunto de segurança nacional – acabou se materializando em uma das mais impressionantes ascensões de um país como potência energética na história. Com a chamada “revolução do *shale*” ou dos recursos não convencionais, na primeira década do século XXI, os Estados Unidos superaram a Rússia como maior produtora de gás natural, em 2011, e a Arábia Saudita como maior produtora de petróleo em 2018 (EIA, 2019).

Para entender como se deu esse processo, é preciso voltar aos anos de 1970, quando o governo dos Estados Unidos decidiu estimular o desenvolvimento de reservas não convencionais de gás natural para fazer frente a uma severa crise de escassez de gás natural no país (WANG; KRUPNIK, 2013).

Empresas privadas não tinham incentivo para fazer grandes e arriscados investimentos em P&D [pesquisa e desenvolvimento], em parte por ser difícil manter novas tecnologias proprietárias na indústria de óleo e gás, em que poucas tecnologias são patenteáveis ou licenciáveis. Além disso, nos primeiros anos, fontes de gás não convencionais não poderiam competir com fontes convencionais de óleo ou gás por investimentos, e a maioria dos produtores dos Estados Unidos eram pequenos, sem incentivo ou capacidade para fazer muito P&D. Em resposta, o governo dos Estados Unidos fundou programas de P&D e estabeleceu incentivos fiscais (e de preço) que estimularam o desenvolvimento de *shale gas* nas bacias dos Apalaches e de michigan e ajudou a desenvolver algumas tecnologias chaves, como mapeamento microssísmico de fraturamento (*frac*). (WANG; KRUPNIK, 2013, p. 2).

Outras iniciativas estatais importantes para estimular o desenvolvimento de recursos não convencionais consistiram na desregulação das atividades, com a publicação do Natural Gas Policy Act, em 1978, do Federal Energy Regulatory Commission’s Open Access Order, em 1985, e do Natural Gas Wellhead Decontrol Act, em 1989, que liberalizaram o acesso a dutos e ampliaram o papel de forças do mercado na determinação de preços para produtores de gás natural (EUA, 2019).

Antigos controles de preço desencorajavam a produção e exploração, provocando déficits de fornecimento. Uma vez livres para se mover conforme a

oferta e a demanda, os preços nas cabeças de poço aumentaram, estimulando mais inovação, o que, eventualmente, reduziria preços (EUA, 2019, p. 6).

Apesar dos esforços estatais, a dependência dos Estados Unidos de importações de petróleo e gás seguia crescendo. Até que, já na década de 1990, governo e indústria do país decidiram realizar trabalhos experimentais na formação de *shale* de Barnett, comprovando viabilidade econômica para desenvolver recursos não convencionais mediante o emprego das técnicas de fraturamento hidráulico e perfuração horizontal.

Uma das grandes responsáveis pela iniciativa foi a empresa Mitchell Energy & Development, que foi bem-sucedida ao arrendar grandes porções de terra e seus direitos minerários associados a baixos preços para depois, vendê-las – incluindo suas inovações e conhecimento acumulado – a valores mais altos, como aconteceu em 2002, quando foi adquirida pela também norte-americana Devon Energy. “Essa estratégia, que foi viabilizada pelo sistema de propriedade privada da terra e dos direitos minerários nos Estados Unidos, supera a dificuldade de monetização de inovações tecnológicas na indústria” (WANG; KRUPNIK, 2013, p. 2).

Além disso, a Devon Energy era bem capacitada na técnica de perfuração horizontal, desenvolvida na década de 1980 a partir de uma *joint venture* entre o DOE e a Devon. “(...) a perfuração horizontal permitiu que o gás de xisto fosse produzido em volumes significativos” (BOFF, 2001 *apud* GABRIELLI DE AZEVEDO; LEÃO, 2018)

O final da década de 1990 foi marcado por acontecimentos internacionais que movimentaram a indústria petrolífera americana. Primeiro, a crise econômica asiática em 1997 provocou forte queda do preço do barril, estimulando grandes fusões no setor, como as operações entre a britânica BP e as americanas Amoco e Arco, Exxon e Mobil, Chevron e Texaco, e Conoco e Phillips.

Em 1999, a chegada de Hugo Chávez ao poder na Venezuela – então um dos maiores fornecedores de petróleo dos EUA – e de Vladimir Putin, na Rússia, – na época, maior detentora de reservas convencionais fora da Opep – restringiu o acesso das International Oil Companies (IOCs) aos recursos energéticos desses países. Além disso, houve uma acelerada expansão de empresas estatais em países como Brasil, China, Índia, Arábia Saudita, Qatar e Malásia.

Uma transformação tão rápida e profunda que levou o grande especialista norte-americano em petróleo, Michael Klare, a afirmar que o mundo havia entrado numa “nova ordem energética internacional”, caracterizada pela hiperconcentração do capital petrolífero privado, pela multiplicação das grandes petrolíferas estatais, e pela crescente hegemonia do nacionalismo econômico e

do “nacionalismo energético”, entre as grandes potências do sistema mundial, mesmo entre as chamadas “potências liberais”, incluindo os Estados Unidos de Donald Trump, o último dos “conversos” (FIORI, 2018).

A partir de 2003, a economia global cresceu em ritmo acelerado, puxado pelos países emergentes, elevando a demanda por petróleo. Em paralelo, greves nacionais de petroleiros na Venezuela paralisaram a produção no país sul-americano, enquanto a produção na Rússia se manteve apenas estável. “Isso pegou de surpresa a indústria de óleo e gás, que vinha passando por décadas de crescimento lento e sendo orientada por Wall Street a ser disciplinada e restritiva em seus investimentos” (YERGIN, 2010, p. 767).

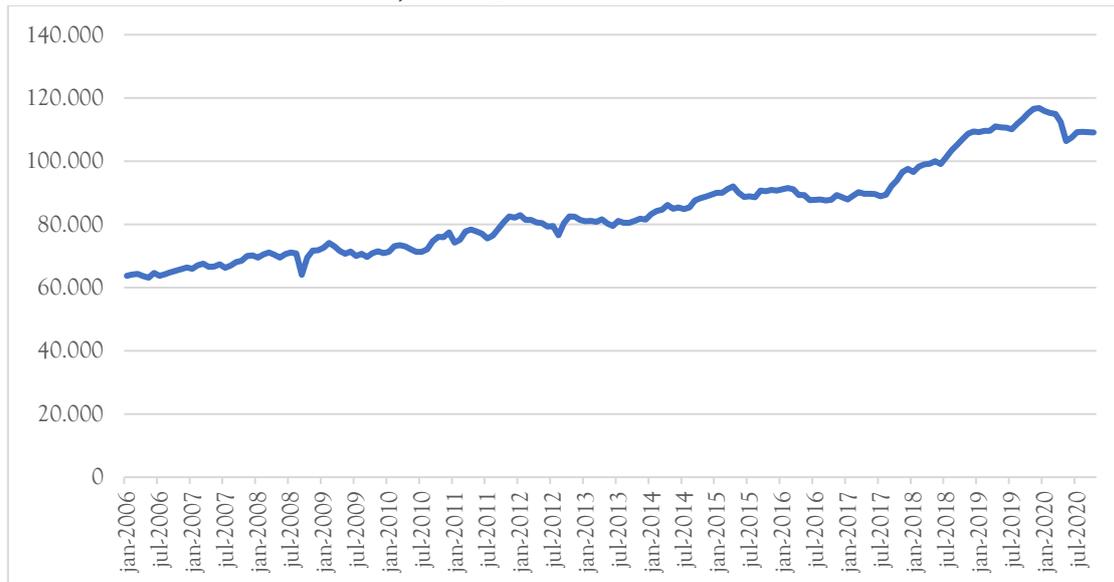
Em 2006, as importações de petróleo nos Estados Unidos atingiram seu pico histórico, e o preço do barril, que, no início da Segunda Guerra do Iraque, estava em torno de US\$ 30, chegou a US\$ 145 em 2008. Ao mesmo tempo, porém, ocorreu um crescimento expressivo da produção americana de *shale gas*, graças ao avanço de tecnologias de sísmica que permitiram melhor imageamento de subsuperfície, combinado com otimizações na perfuração horizontal e fraturamento hidráulico.

Além da geologia favorável, das inovações tecnológicas e do sistema privado de direitos sobre recursos no subsolo – que permitia aos donos de terra se beneficiarem dos royalties gerados pela atividade –, favoreceram o boom do *shale gas* políticas de governo como programas de financiamento de pesquisa e desenvolvimento, a disponibilidade de água (para viabilizar o fraturamento hidráulico), ampla infraestrutura de gasodutos existente e a participação do mercado de capitais – tão intensa que, mais tarde, em 2012 e 2013, contribuiu para a uma situação de superoferta de *shale gas* nos Estados Unidos.

Depois que o boom do *shale gas* decolou, firmas de financiamento disponibilizaram consideráveis montantes de capital para empresas de gás natural perfurarem e favoreceram diversos acordos em que companhias maiores de óleo e gás comparam companhias menores engajadas com a perfuração de *shale gas* (WANG; KRUPNIK, 2013, p. 11).

De acordo com dados da EIA, entre 2006 e 2015, os americanos viram sua produção de gás natural seco saltar dos 64,4 bilhões de pés cúbicos por dia (1,8 bilhão de m³/d) para 90 bilhões de pés cúbicos por dia (2,54 bilhões de m³/d), um aumento de 45%. Em 2019, a extração média no país foi de 117 bilhões de pés cúbicos por dia (3,17 bilhões de m³/d). Com a ampliação da oferta, os preços do energético caíram gradativamente, tornando o gás mais barato que fontes alternativas de energia e que o carvão (ver Gráfico 1) (EIA, 2020b).

Gráfico 1 – Produção de gás natural seco nos Estados Unidos



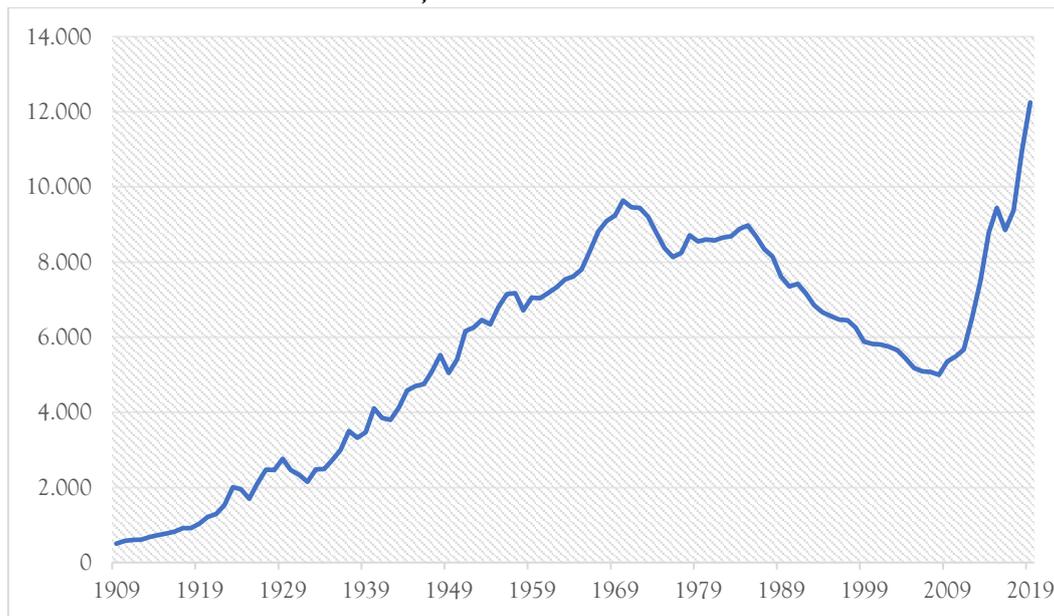
Fonte: EIA. Elaboração Ineep

Outro ponto fundamental para a explosão da extração de gás natural nos EUA foi a aprovação, em 2005, do Energy Policy Act, criando programas de incentivo à produção de gás, bem como de petróleo *offshore* e *onshore* (EUA, 2005). A iniciativa previa a disponibilização de recursos para pesquisa e desenvolvimento a consórcios formados por pequenos produtores para desenvolver áreas de geologia complexa, reservatórios de baixa pressão, reservatórios não convencionais de gás natural em formações de *coal beds*, *tight sands* ou *shales* e reservatórios não convencionais de óleo em *tar sands* ou *oil shales*.

O governo lançou, então, rodadas de licenciamento de áreas nos estados do Colorado, Utah e Wyoming para realização de atividades de P&D, visando acelerar especificamente o desenvolvimento de recursos de *shale oil* e *tar sands*. Empresas como a Shell, Chevron, EGL Resources e Enefit American Oil arremataram as concessões para desenvolver os projetos iniciais. Foi o prenúncio de um movimento que permitiu aos americanos elevarem também sua produção de petróleo.

A revolução do *shale oil* também refletiu a queda dos preços do gás, que fez com que sondas que buscavam reservatórios de *shale gas* passassem a prospectar *shale oil*. Em 2008, a produção de petróleo cru nos Estados Unidos era de cerca de 5 milhões de b/d, volume que praticamente duplicou, chegando a 9 milhões de b/d, em 2015 – ano em que o governo dos Estados Unidos suspendeu as restrições de exportações de petróleo do país após 40 anos de impedimento para garantir o abastecimento interno. Como mostra o Gráfico 2, em 2019, a produção de petróleo nos Estados Unidos superou a marca de 12 milhões de b/d (EIA, 2020b).

Gráfico 2 – Produção de óleo cru nos Estados Unidos



Fonte: EIA. Elaboração Ineep

Além de uma geologia favorável e desenvolvimento tecnológico apoiado pelo Estado, a revolução energética americana foi possível graças a um regime de propriedade que permitia a reivindicação privada dos recursos no subsolo, bem como à existência de uma ampla rede de fornecedores de bens e serviços e infraestrutura de entrega, além de uma estrutura industrial caracterizada por milhares de empreendedores em vez de uma só petroleira estatal (BLACKWILL; SULLIVAN, 2014).

Mas também foi preciso investir bilhões de dólares em infraestrutura principalmente fora da bacia do Permiano, no Texas, incluindo dutos, ferrovias, refinarias, unidades de processamento de gás e, sobretudo, terminais de GNL para exportar os enormes volume de gás produzidos no país para atender principalmente aos mercados europeu e asiático. Em maio de 2020, os Estados Unidos ainda tinham sete terminais de GNL em construção e outros 15 aprovados (EUA, 2020).

Também favoreceram o crescimento da produção de óleo e gás no país os seguintes fatores: (i) regulação estadual das atividades petrolíferas, conferindo maior agilidade aos processos de licenciamento e sinergia com interesses locais, como geração de emprego; (ii) taxaço relativamente benigna da produção de óleo e gás; (iii) existência de um mercado *spot* (de curto prazo) líquido e ativo; (iv) acesso facilitado a capital pelas empresas petrolíferas locais; (v) presença da maior e mais avançada frota de sondas de perfuração, junto a uma experiente indústria de fraturamento e abundante capacidade de bombeio (*pressure pumping*), equipamentos de fraturamento e fluidos/propantes; e (vi) *plays* de *shale* relativamente estáveis, dando maior previsibilidade à indústria. Além disso, reservatórios estão em

profundidade que otimiza a economicidade dos poços, diferentemente da Europa e China.

A revolução dos recursos não convencionais nos Estados Unidos ocorreu sobretudo em propriedades privadas, dirigida por petrolíferas independentes, em lugar das grandes e integradas. Foram os pequenos produtores que, inclusive, pressionaram pelo fim da proibição às exportações de petróleo no país, em 2016, e por isenções para exportações de gás.

Produtores independentes, que, geralmente, não possuem ativos de refino, buscam acesso a mercados internacionais, onde o Brent (benchmark de óleo leve) segue sendo negociado com prêmio sobre o WTI [West Texas Intermediate] (PARASCHOS, 2014, p. 26).

No entanto, as três *majors* norte-americanas (ExxonMobil, Chevron e ConocoPhillips) também adquiriram ativos não convencionais nos Estados Unidos, sendo que as duas últimas sempre estiveram ativas no mercado de fusões e aquisições no setor: em 2020, a Chevron concluiu a aquisição da Noble Energy, enquanto a Conoco anunciou acordo para comprar a Concho Resources. Além disso, IOCs como a Shell, Equinor e Repsol desenvolvem atividades de E&P não convencionais no país (CHEVRON, 2020; CONOCOPHILLIPS, 2020).

Além disso, essas empresas têm liderado a internacionalização da produção do shale, visando explorar oportunidades existentes em mercados fora dos Estados Unidos. Além dos Estados Unidos, outros países, como a Argentina, têm apresentado potencialidades nesse segmento, conforme apontam Gabrielli de Azevedo e Leão (2018):

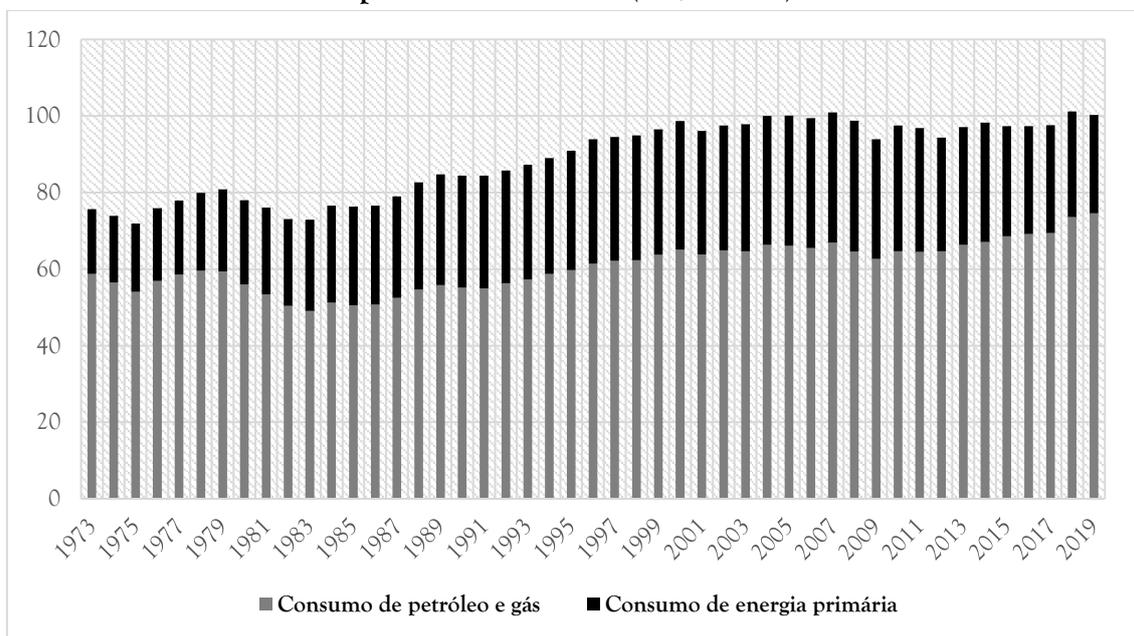
O rápido esgotamento das reservas e a dificuldade de realizar novas descobertas de volumes capazes de substituí-las colocam desafios para as próximas décadas, talvez anos [para o shale americano]. Nesse sentido, as empresas americanas tem realizado esforços para internacionalizar a produção de shale gas para outros mercados. O periódico “The Economist” noticiou, em 2017, que a Exxon iniciaria a perfuração de campos em Vaca Muerta na Argentina.³ A região tem se mostrado estratégica para o desenvolvimento fora do mercado americano, por possuir uma das maiores reservas do mundo – cerca de 16,2 bilhões de barris – e ter sido pouco explorado em função das dificuldades operacionais e financeiras existentes (GABRIELLI DE AZEVEDO; LEÃO, 2018).

Em 2019, o *tight oil* e o *shale gas* respondiam por mais de 60% e 70%, respectivamente, da produção de óleo cru e gás seco dos EUA. No mesmo ano, mais de 80% do petróleo e 90% do gás extraídos no país eram produzidos por petroleiras independentes (PETT, 2019).

4. O “direito divino” ao petróleo

Como se pôde observar, nos últimos 30 anos o petróleo e o gás natural não deixaram, em momento algum, de figurar como um item central na agenda externa dos EUA. Isso se explica pelo fato de que os americanos não conseguiram reduzir sua dependência dos combustíveis fósseis ao longo desse período. Em 1990, o petróleo e o gás natural respondiam por 63% do consumo de energia primária dos EUA, de acordo com dados da U.S. Energy Information Administration (EIA) (EIA, 2020b). Quase 30 anos depois, tal razão subiu para 67% (Gráfico 3).

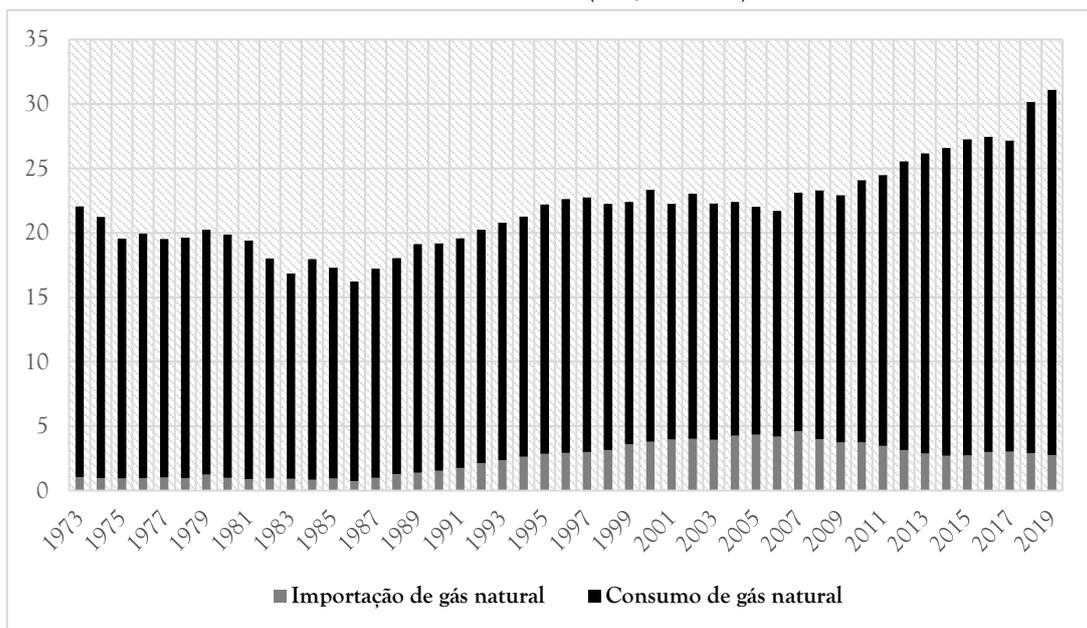
Gráfico 3 – Contribuição do consumo de óleo e gás em relação ao da energia primária nos EUA (1973-2019)



Fonte: EIA. Elaboração Ineep

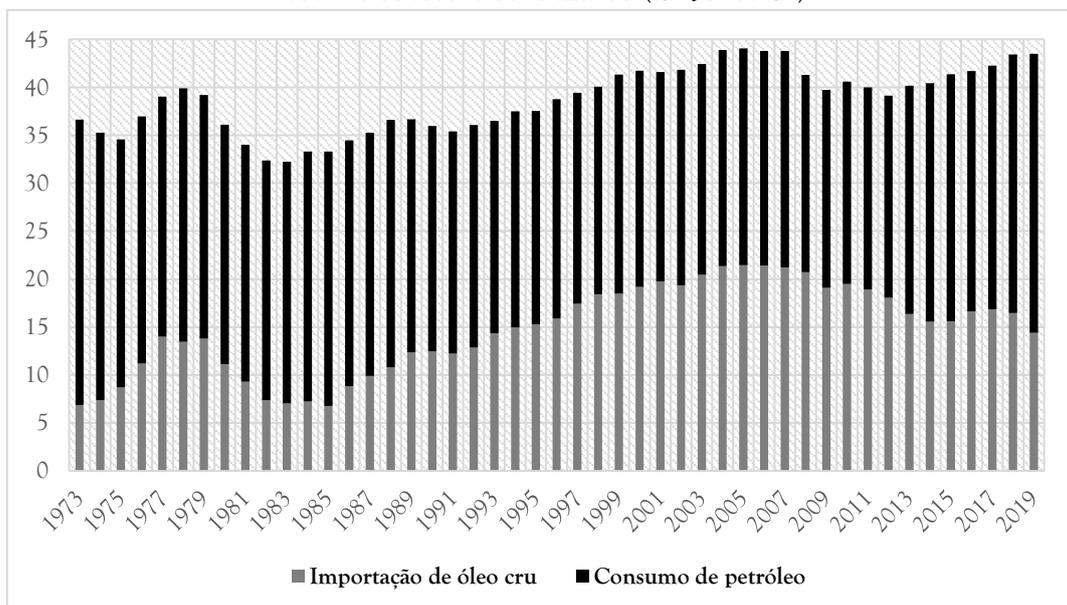
Se, por um lado, os Estados Unidos, importaram, em 2019, apenas cerca de 10% do gás natural consumido – ante 8% em 1990 – (Gráfico 4), no caso do petróleo a dependência das importações foi substancial: em 2018, os americanos importaram um volume equivalente a 47% do petróleo consumido no país, contra 40% em meados da década de 1990 que já era um valor consideravelmente mais alto do que em meados dos anos 1980 – em 1985, as importações de óleo cru representavam apenas 20,3% do consumo total (ver Gráfico 5) (EIA, 2020b). Isso porque, embora os Estados Unidos tenham produzido, em 2018, quantidade de petróleo aproximada à consumida (17,73 milhões de b/d ante 20,5 milhões de b/d), o país recorre às importações da *commodity* seja para complementar o abastecimento interno ou processar em suas refinarias para posterior exportação (Gráfico 5).

Gráfico 4 – Contribuição da importação de gás em relação ao consumo total dos Estados Unidos (1973-2019)



Fonte: EIA. Elaboração Ineep

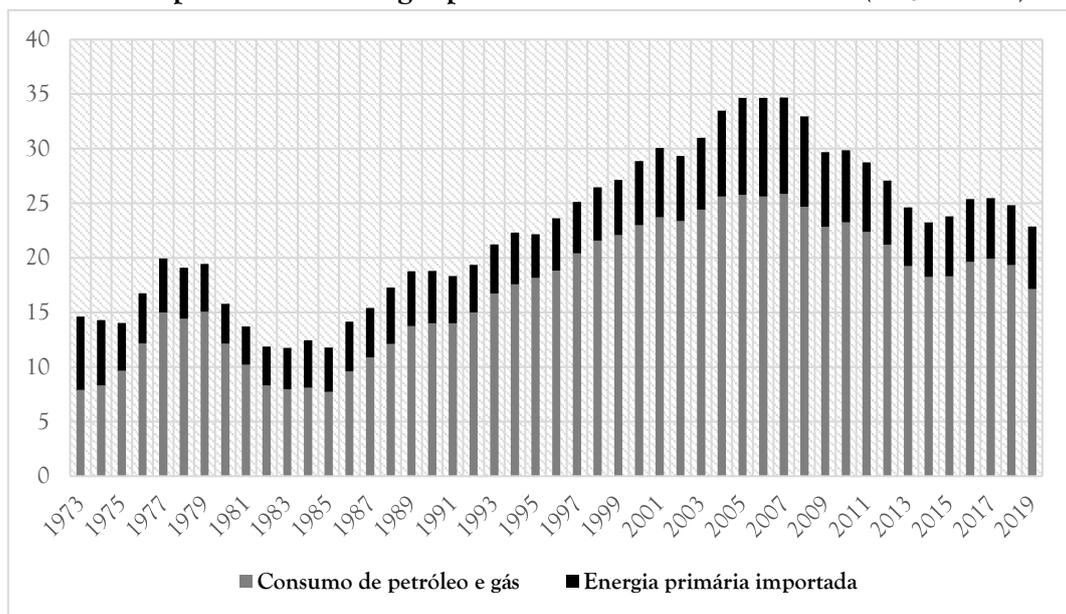
Gráfico 5 – Contribuição da importação de petróleo em relação ao consumo total dos Estados Unidos (1973-2019)



Fonte: EIA. Elaboração Ineep

Desde 1973, o peso das importações de óleo e gás em relação ao total importado cresceu significativamente saindo de 54% naquele ano para 74% em 1990. A partir de então, a participação do óleo e gás em relação ao consumo total de energia primária dos Estados Unidos aumentou quatro pontos percentuais (p.p.) em 2018, chegando a 78% (Gráfico 6) (EIA, 2020b).

Gráfico 6 – Contribuição da importação de petróleo e gás natural em relação ao total importado de energia primária dos Estados Unidos (1973-2019)



Fonte: EIA. Elaboração Ineep

Se houve avanços, estes ocorreram em relação a 2007, quando foi registrado o pico de consumo e importação de energia em todo o período analisado. Desde aquele ano, as importações totais de energia primária dos americanos caíram 34% (Gráfico 6), enquanto as de petróleo e gás diminuíram 27,5% e 42%, respectivamente, conforme mostram os gráficos 4 e 5.

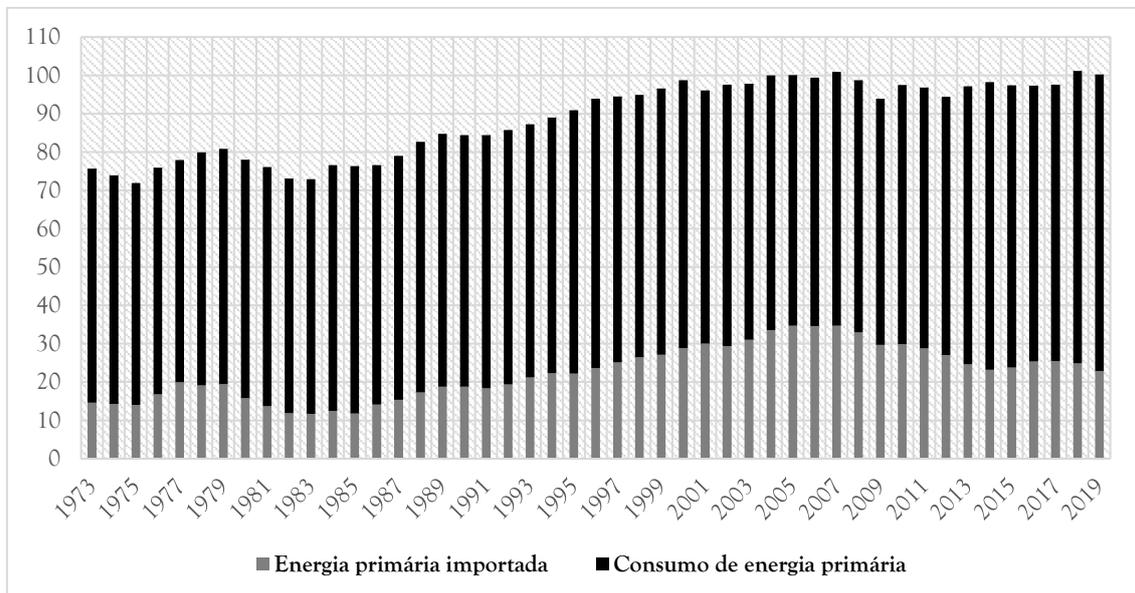
Em 2007, a razão entre energia primária importada e total consumida pelos Estados Unidos era de 35%, percentual mais alto inclusive que nos anos 1970 quando ocorreram as crises do preço do petróleo (em 1979, a energia primária importada representava 24% do consumo americano). Na verdade, a dependência de energia nos Estados Unidos cresceu ininterruptamente desde 1985, quando a importação energética representava apenas 15%.

Todavia, com o avanço do *shale gas*, o peso das importações de energia voltou a cair a partir de 2008. Em 2012, percentual de energia primária importada sobre o total já era de 29% e caiu para 25% em 2018, segundo dados da EIA (2020b), como se vê no Gráfico 7. Nesse mesmo período, as participações do petróleo e gás natural importados sobre seus respectivos totais consumidos foram reduzidas em nove pontos percentuais (p.p.) e dez p.p., respectivamente.

Tais avanços não foram, contudo, suficientes para que o país deixasse de estabelecer como uma de suas prioridades a presença militar no Oriente Médio, a fim de garantir o livre fluxo da produção de petróleo e gás produzidos no Golfo Pérsico. Mesmo após a publicação do *Blue Print for a Secure Energy Future*, que

preconizava a redução da dependência do petróleo do Oriente Médio, a região manteve seu protagonismo na geoestratégia americana.

Gráfico 7 – Contribuição da importação de energia primária em relação ao consumo total dos Estados Unidos (1973-2019)



Fonte: EIA. Elaboração Ineep

Nos anos pós-Blue Print ocorreu uma forte preocupação do governo estadunidense com a dependência de seus aliados europeus em relação ao gás natural produzido pela Rússia e com o aumento da influência da China no setor energético europeu, assim como na América Latina. Diante disso, tanto Obama quanto Trump estabeleceram como metas diversificar as fontes e rotas de energia de modo a reduzir a exposição às duas grandes potências, tendo em vista que o abastecimento energético de seus aliados foi tratada como questão de segurança nacional pelos Estados Unidos.

Nas edições de 2015 (gestão Obama) e 2017 (Trump) do *National Security Strategy*, ambos os presidentes se referiram ao continente americano como um mercado com grande potencial para os Estados Unidos na área de energia, conforme previsto pelo Blue Print. Em última análise, isso reflete uma diretriz básica da geopolítica americana: a manutenção de sua hegemonia no Hemisfério Ocidental, como recomenda Nicholas Spykman¹⁴.

¹⁴ Para o autor, a supremacia norte-americana não pode ser desafiada na chamada “América Mediterrânea” (Mar do Caribe e Golfo do México, incluindo Venezuela e Colômbia) e tampouco ao sul do Rio Amazonas: “Por haver um desequilíbrio de poder tão grande e revelado, e também pela proximidade e continuidade geográfica, a política estadunidense deveria ser de hegemonia promovendo a permanente dependência política de seus Estados, e afastando a projeção e alianças de potências externas. Pois (...) caso uma potência (ou aliança) viesse a dominar a Eurásia, os EUA devem formar um sistema autárquico integrado sob sua

Trump rompeu com a orientação “mais verde” que Obama procurou dar para o planejamento energético dos EUA, mas isso não gerou mudanças profundas na geoestratégia americana, uma vez que tal cisão esteve basicamente associada à produção interna de energia a partir da queima de carvão e tendo em vista que o acesso a reservas de petróleo e gás no exterior – assim como o aumento da produção interna dos hidrocarbonetos – já era uma prioridade para Obama.

Ambos os presidentes mantiveram, assim, um macro-objetivo que perpassou a estratégia de segurança nacional americana desde Bill Clinton: diversificar as fontes e canais internacionais de petróleo e gás, investindo em projetos em praticamente todas as regiões do planeta e atuando firmemente no exterior para que o fluxo do petróleo não seja interrompido.

Tal objetivo adquiriu força ainda maior nos últimos dois governos em função do aumento da influência asiática no Oriente Médio, que já exporta dois terços de sua produção petrolífera para a Ásia: “China e Índia provavelmente se tornarão mais profundamente envolvidos com a geopolítica do Oriente Médio, (...) com capacidade naval suficiente para contribuir com a segurança das rotas marítimas” (MANNING, 2013, p. 115).

4. Conclusão

Os relatórios NSS analisados neste trabalho mostram que o governo norte-americano constantemente justifica seus esforços pela abertura do setor petróleo no exterior como forma de prevenir que outros governos explorem os recursos energéticos de maneira “irresponsável”. Trata-se de uma retórica praticada por grandes corporações e potências nacionais globais, de que é preciso desregular ao máximo as atividades econômicas dado que o Estado é “corrupto e ineficiente” – isso enquanto os grandes vitoriosos do capitalismo usam máquinas estatais pesadas e bélicas para abrir mercados a suas empresas transnacionais na periferia do planeta¹⁵.

Esse “altruísmo” está também ligado à retórica diplomática clássica americana, que nasce com os *Founding Fathers* e é consolidada, sob novos moldes, por Woodrow Wilson. O princípio básico é que os EUA são um país excepcional, que rejeita o *modus operandi* da diplomacia europeia – um jogo de equilíbrio de poder

hegemonia na América, colocando todos os seus recursos à sua disposição, para compensar o poder dominante da Eurásia” (PADULA, 2018, pp. 3-4).

¹⁵ Fernand Braudel afirma que, no centro das economias-mundo aloja-se sempre um estado fora de série, ao mesmo tempo temido e admirado, enquanto, que na periferia do sistema, os estados se constituem numa espécie de instituições esvaziadas, porque suas economias são dominadas por grupos ligados ou submetidos ao estrangeiro (FIORI, 2001, p. 54).

baseado no conflito de interesses “egoístas” – e cujas condutas são norteadas pela moral e luta pela liberdade.

Ainda que Donald Trump tenha, em sua gestão, procurado romper com o cosmopolitismo wilsoniano, o discurso do governo preserva a ideia de excepcionalismo, justificando suas ações por um suposto chamamento divino e partindo do princípio de que sua lei e guerras são justas ou, de certa forma, “santas” – ironicamente remetendo ao seu suposto avesso, que é a Guerra Santa (Jihad) promovida pelos “terroristas” islâmicos.

Tendo em vista o histórico mais recente da estratégia de segurança nacional norte-americana e a substancial dependência do país em relação aos combustíveis fósseis, pode-se inferir que os EUA não deixarão de direcionar, ao menos em curto e médio prazo, sua política externa no sentido de garantir o acesso ao petróleo e gás natural, pressionando pela abertura de mercados e atuando para derrubar governos considerados hostis, seja pela via militar – como aconteceu com o Iraque, nos anos de 1990 e 2000, e a Líbia, em 2011; geoeconômica – casos da Rússia e a Venezuela, que são objeto de sanções norte-americanas devido ao não-alinhamento geopolítico –; ou de forma “híbrida”, promovendo ofensivas informacionais e articulações com inimigos internos e partidos de oposição, como houve com o Irã, nos anos de 1950, e o Brasil, mais recentemente. O espírito da Doutrina Carter – cada vez mais globalizada¹⁶ – continua vivo.

5. Referências bibliográficas

BANDEIRA, L. A. M. Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BLACKWILL, R. D.; O'SULLIVAN, M. L. America's Energy Edge: The Geopolitical Consequences of the Shale Revolution. *Foreign Affairs* Vol. 93, No. 2 (MARCH/APRIL 2014), pp. 102-106, 107-114 (13 pages) Published by: Council on Foreign Relations. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/24483588>>. Acesso em: 4 set. 2020.

CHEVRON. Chevron Completes Acquisition of Noble Energy. 5 out. 2020. Disponível em: <<https://www.chevron.com/stories/chevron-completes-acquisition-of-noble-energy#:~:text=SAN%20RAMON%2C%20Calif.%2C%20October,employees%20and%20shareholders%20to%20Chevron.>>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

¹⁶ Michael Klare (2004, p. 135-140) observa que a Doutrina Carter foi estendida para o Oeste Africano e América Latina, visando assegurar o fluxo de petróleo produzido nessas regiões.

CONOCOPHILLIPS. ConocoPhillips to Acquire Concho Resources in All-Stock Transaction. 19 out. 2020. Disponível em:<<https://www.conocophillips.com/news-media/story/conocophillips-to-acquire-concho-resources-in-all-stock-transaction/>>. Acesso em 8 dez. 2020.

CORESMAN, A.; BURKE, A. The Lessons and Non-Lessons of the Air and Missile Campaign in Kosovo. Ago. 2000. Disponível em:<https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/media/csis/pubs/kosovolessons-full.pdf> . Acesso em 1/09/2020.

EIA. The U.S. leads global petroleum and natural gas production with record growth in 2018. 20 ago. 2019. Disponível em:<<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=40973#:~:text=The%20United%20States%20surpassed%20Russia,world's%20largest%20producer%20of%20petroleum.&text=International%20Energy%20Statistics-,Note%3A%20Petroleum%20includes%20crude%20oil%2C%20condensate%2C,and%20natural%20gas%20plant%20liquids>>. Acesso em 7 dez. 2020.

EIA. U.S. energy facts explained. 7 mai. 2020a. Disponível em:<https://www.eia.gov/energyexplained/?page=us_energy_home>. Acesso em: 5 jan. 2020.

EIA. Petroleum and other liquids. EIA, Washington, 2020b. Data.

EUA. Energy Policy Act of 2005: Public Law 109-58. 8 ago. 2005. Disponível em:<<https://www.govinfo.gov/content/pkg/PLAW-109publ58/pdf/PLAW-109publ58.pdf>>. Acesso em 7 dez. 2020.

EUA **National Security Strategy**, 1990. Disponível em:<<http://nssarchive.us/national-security-strategy-1990/>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

EUA. **National Security Strategy**, 1991. Disponível em:<<http://nssarchive.us/national-security-strategy-1991/>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

EUA. **National Security Strategy**, 1994. Disponível em:<<http://nssarchive.us/national-security-strategy-1994/>>. Acesso em: 6 jan. 2019.

EUA. **National Security Strategy**, 1995. Disponível em:<<http://nssarchive.us/national-security-strategy-1995/>> . Acesso em: 6 jan. 2019.

EUA. **National Security Strategy**, 1997. Disponível em:<<http://nssarchive.us/NSSR/1997.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2019..

EUA. **National Security Strategy**, 1998. Disponível em:<<http://nssarchive.us/NSSR/1998.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2019.

EUA. **National Security Strategy**, 2000. Disponível em:<<http://nssarchive.us/NSSR/2000.pdf>>/. Acesso em: 6 jan. 2019.

EUA. **National Security Strategy**, 2001a. Disponível em:<<http://nssarchive.us/NSSR/2001.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2019.

EUA. **National Security Strategy**, 2006. Disponível em:<<http://nssarchive.us/NSSR/2006.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

EUA. **National Security Strategy**, 2010. Disponível em:<<http://nssarchive.us/NSSR/2010.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

EUA. **National Security Strategy**, 2015. Disponível em:<https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy_2.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019..

EUA. **National Security Strategy**, 2017. Disponível em:<<http://nssarchive.us/wp-content/uploads/2017/12/2017.pdf>>. Acesso em: 08/01/2019>. Acesso em: 23/06/2019.

EUA. **North American LNG Export Terminals Approved, Not Yet Built**. 29 mai. 2020. Disponível em:<<https://www.ferc.gov/sites/default/files/2020-06/lng-approved-export-new-052920.pdf>>. Acesso em 8 dez. 2020.

EUA. **The Value of U.S. Energy Innovation and Policies Supporting the Shale Revolution**. Outubro de 2019. Disponível em:<<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2019/10/The-Value-of-U.S.-Energy-Innovation-and-Policies-Supporting-the-Shale-Revolution.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

EUA. **Quadrennial Defense Review**, 2001b. Disponível em:<<https://archive.defense.gov/pubs/qdr2001.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

EUA. **The Blue Print for a Secure Energy Future**, 2011. Disponível em:<https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/blueprint_secure_energy_future.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2019.

FIORI, J. L. Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, J. L. e MEDEIROS, C. A. (Org.). **Polarização mundial e crescimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

FIORI, J. L. A nova ordem mundial do petróleo. **Jornal GGN**, 21 set. 2018. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/petroleo/a-nova-ordem-mundial-do-petroleo-por-jose-luis-fiori/>>. Acesso em: 6/1/2019.

FIORI J. L.; NOZAKI, W. O aumento da tensão mundial e o desafio ao poder naval dos EUA. **Le Monde Diplomatique**, 10 jun. 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-aumento-da-tensao-mundial-e-o-desafio-ao-poder-naval-dos-eua/>>. Acesso em 7 dez. 2020.

GABRIELLI DE AZEVEDO, J. S.; LEÃO, R. P. F. O shale gas e o protagonismo americano no mercado de energia global. **Revista Forum**, São Paulo, 25 jun. 2018. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/global/o-shale-gas-e-o-protagonismo-americano-no-mercado-de-energia-global/>>.

HEIJMANS, P.; STAPCZYNSKI, S. Exxon's South China Sea Oil Project Tests Chinese Influence. **Bloomberg**. 23 set. 2019. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-09-23/exxon-s-south-china-sea-oil-project-tests-chinese-influence>>. Acesso em 8 dez. 2020.

KAPLAN, R. **The Revenge of Geography**. Nova York: Random House, 2012.

KHAN, S. M. Islamic Caliphates. **Ancient History Encyclopedia**, 03 Dec. 2019.. Disponível em: <https://www.ancient.eu/Islamic_Caliphates>

KLARE, M. **Blood and Oil: the dangers and consequences of America's growing dependence on imported petroleum**. Nova York: Metropolitan Books, 2004.

LE BILLON, P. **The Geopolitics of Resource Wars: Resource Dependence, Governance and Violence**. Londres, Nova York: Frank Cass, 2005.

MANNING, R. **US Strategy in a Post-Western World**. Washington: Survival; Atlantic Council, 2013. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/images/files/publication_pdfs/403/Envisioning_2030_web.pdf> Acesso em 10 fev. 2019.

MITCHELL, A; WIHBEY, P. South Atlantic region emerging as new U.S. strategic oil supply flashpoint. **Oil & Gas Journal**, 29 jun. 1998. Disponível em: <<https://www.ogj.com/home/article/17226264/south-atlantic-region-emerging-as-new-us-strategic-oil-supply-flashpoint>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

PADULA, R. O debate geoestratégico nos Estados Unidos: o lugar da Eurásia, do Hemisfério Ocidental e do México. **Revista da Escola de Guerra Naval**, vol. 24, n. 2: 195-418, 2018.

PARASCHOS, P. E. American Shale Revolution: Key Aspects & Implications for Japan. **Japan Spotlight**, Jul./Ago. 2014. Disponível em: <https://www.jef.or.jp/journal/pdf/196th_special_issue_1.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2020.

PECEQUILO, C. De Bush a Bush (1989–2006): A Política Externa dos EUA. In SOTERO, P. (ed.) **Perspectivas brasileiras sobre os Estados Unidos: promover os estudos dos EUA no Brasil**. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars - Brazil Institute, 2007. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/Brazilian.Perspectives_P.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PECEQUILO, C.; JAEGER, B. Os Estados Unidos: a geopolítica e a geoeconomia da energia. **Brazilian Journal of International Relations**, vol. 8, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://www.google.com/url?q=https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/8104/5715&sa=D&source=editors&ust=1612636986666000&usg=AOvVaw31Lzbsum8TX9JZpaECIhX6>>. Acesso em 6 fev. 2021.

PETT, J. New Study: ‘Independent’ Oil, Gas Operators Drive American Energy Development By Wide Margin. **IPAA**, 29 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.ipaa.org/new-study-independent-oil-gas-operators-drive-american-energy-development-by-wide-margin/#:~:text=Independent%20companies%20account%20for%2083,oil%20and%20natural%20gas%20wells>>. Acesso em 7 dez. 2020. (2019).

POWELL, C. **The Military Strategy of the United States - 1991-1992**. Washington: US Government, Printing Office, ISBN 0-16-036125-7, 1992, p. 7. Draft Resolution - 12 “Cooperation for Security in the Hemisphere, Regional Contribution to Global Security - The General Assembly, recalling: Resolutions AG/RES. 1121 (XXX-091) and AG/RES. 1123 (XXI-091) for strengthening of peace and security in the hemisphere, and AG/RES. 1062 (XX090) against clandestine arms traffic.

TAYLOR, M. J.; HOWARD, A. M. **Foreign Relations of the United States, 1997-1980**. Volume XI. Washington: United States Government Printing Office, 2013.

TORRES, E. O papel do petróleo na geopolítica americana. In FIORI, J. L. (Org.) **O poder americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

WANG, Z; KRUPNIK, A. **US Shale Gas Development: What Led to the Boom?**. Resources for the Future, Issue Brief 13-04, Mai. 2013. Disponível em:<<https://media.rff.org/archive/files/sharepoint/WorkImages/Download/RFF-IB-13-04.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2020

YERGIN, D. **The Prize: the Epic Quest for Oil, Money and Power**. Nova York: Free Press, 2010.